

A visão humanista do Serviço Nacional de Saúde

40 anos depois, surge revigorado o Serviço Nacional de Saúde, pelas mãos de uma equipe que sabe que o caminho trilhado por António Arnaud produziu, apesar das críticas, algumas justas, excelentes resultados na prestação de cuidados globais de saúde a toda a população. Do que ouvi e li, surpreendeu-me a forma e o conteúdo que Marta Temido apresentou enquanto princípios fundamentais da nova organização dos serviços de saúde, que ao longo dos tempos foi sofrendo a influência de conceitos políticos, económicos, sociais e até religiosos, do que era e do que se pretende para o futuro do SNS.



Estamos perante um novo documento que pretende dar resposta aos problemas de saúde. O que traz de novo este documento? Antes de tudo, a identificação dos problemas, isto é, o diagnóstico da situação do meio envolvente, dos problemas e das respostas a dar face às necessidades sinalizadas.

É um documento que dá corpo à centralidade do cidadão, que assimila os progressos já adquiridos neste campo e que constitui uma visão integrada do fenómeno da saúde na sociedade portuguesa, tornando o SNS mais humanista e promotor do respeito individual pela pessoa e pelos seus mais elementares direitos.

Portugal, ao assumir que a saúde é uma responsabilidade de todos nós, está a conferir e a destacar não só os direitos como os deveres de todos e da sociedade em geral para protagonizar este difícil combate, que é o direito de todos a um Serviço Nacional de Saúde tendencialmente gratuito.

Retomo a ideia central, dar prioridade às pessoas, não deixar ninguém para trás, porque todos gozamos da mesma proteção, dos mesmos direitos e de decisão sobre os cuidados de saúde, independentemente da condição de cada um.

Estamos finalmente perante um documento estratégico que define um plano de acção, tendo por base os princípios orientadores e enquadrados na realidade do país, articulado com as estruturas territoriais, com abordagens assentes em processos de avaliação e que visam desenvolver uma nova

geração de respostas que só o SNS pode dar a todos os cidadãos.

Com esta nova Lei de bases, Portugal fica assim dotado de um bom instrumento orientador das políticas de saúde, ombreando com o que de melhor existe no mundo, e estou em crer que, tal como há vinte anos, Portugal inovou ao construir uma visão humanista saída da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, reconhecida internacionalmente como um documento histórico, que virou a página na estruturação de uma política global face ao problema da droga e da toxicod dependência nas várias frentes de luta.

A estratégia nacional foi sem dúvida um dos momentos mais importantes no campo da luta contra a droga e desenhou o primeiro esboço sério, equilibrado e capaz de mostrar ao mundo que o flagelo da droga era um problema social e de saúde a que era preciso responder com humanismo e de forma pragmática.

Os homens e mulheres que há vinte anos atrás reorientaram estratégias implementaram respostas baseadas nos diagnósticos territoriais, na evidência científica, planearam um combate pela eficácia, mudaram o paradigma, definiram uma intervenção com maior objectividade, que mobilizou recursos, que formou e avaliou as intervenções, que articulou as respostas com a sociedade civil, com os municípios, com ONG, numa abordagem integradora e holística, veem hoje reconhecido o seu trabalho num documento que aglomera os mesmos princípios. O Serviço Nacional de Saúde é de todos e para todos, e nesta importante Lei, bem caberia a continuidade das respostas, em boa parte suspensas ou depauperadas desde 2011, data da extinção do IDT. Desde então que não existe uma definição clara sobre a organização dos tais serviços internacionalmente reconhecidos. Quem sabe se Marta Temido afronta com a mesma coragem a reorganização de um serviço que aguarda há mais de oito anos por uma decisão puramente política...

Sérgio Oliveira, director